

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**Comissão de
professores: a posição
da APROPUC

*

Confira o cronograma
da vacinação
contra a gripe

CAMPANHA SALARIAL

Adiado o julgamento do dissídio dos funcionários

O julgamento do dissídio dos funcionários administrativos da PUC, que estava previsto para a última quinta-feira, 28/4, foi adiado pelo Tribunal Regional do Trabalho, em virtude do pouco tempo disponível para que fossem emitidos pareceres pelo Ministério Público e pelas assessorias econômicas do Tribunal.

Até o fechamento desta edição, não havia sido divulgada a nova data para a realização do julgamento. A assembléia dos funcionários, que deveria ser realizada na sexta-feira, 29/4, também foi adiada e será agendada assim que um novo julgamento for marcado.

Os funcionários reivindicam reajuste pelo ICV-Dieese, estabelecido em 7,66%, e a readmissão dos 12 demitidos em 16/3 pela Reitoria. Já a administração da universidade não reconheceu no Tribunal do Trabalho o índice do Dieese não concordou com a readmissão dos funcionários.

O professor Flávio Saraiva, vice-reitor administrativo, declarou também, na audiência de conciliação, que pretendia descontar os dias parados dos funcionários que aderiram ao movimento. Este desconto, segundo a Divisão de Recursos Humanos, será efetuado no próximo pagamento, sendo observados os relatórios de divergência do mês de março, guardando-se para o pagamento de maio as faltas registradas em abril. Para a AFA-PUC, tal procedimento é incorreto, uma vez que não foi julgada a legalidade do movimento.

Professor ganha ação contra redução salarial

O professor Jorge Rafael Renard, do Departamento de Jornalismo, teve ganho de causa em sua ação contra a PUC-SP, pleiteando diferenças salariais decorrentes de cortes no seu contrato de trabalho, efetuados pela antiga Reitoria.

Em 2004, a Vice-Reitoria Acadêmica, alegando a aplicação estrita da resolução 65/78, reduziu o contrato do professor Jorge Rafael em cerca de 10 horas. A carga horária do professor permanecia a mesma nos últimos quinze anos, mas na época a Vice-Reitoria Acadêmica achou por bem reduzir o salário, obrigando o professor a ministrar a mesma quantidade de horas/aula. Tal princípio, além de inconstitucional, foi tomado

unilateralmente, sem consulta à chefia departamental.

Acatando tais argumentos, o juiz do Trabalho Hélcio Luiz Adorno Júnior deu ganho de causa ao professor, condenando a PUC a pagar as diferenças salariais, calculadas em torno de R\$ 8.000, mais correção monetária.

A universidade opôs embargos de declaração à sentença proferida pela Justiça do Trabalho e deverá recorrer após os esclarecimentos do juiz. Mesmo assim, a sentença proferida pela 51ª Vara do Trabalho representa uma vitória para aqueles professores que estão sob ameaça de redução salarial por parte da direção da universidade.

Uma lição para a Reitoria

A redução arbitrária do contrato do professor Jorge Rafael, no primeiro semestre de 2004, foi feita pela Vrac contra o encaminhamento dado pelo Departamento de Jornalismo. Na época, o Departamento insistiu que se respeitasse o contrato do professor, por ser legal, justo, correto e por reconhecer o seu trabalho de muitos anos para o curso de Jornalismo e para a universidade.

As professoras que respondiam pela Vrac teimaram na aplicação arbitrária e injusta da Deliberação 65/78. O professor Jorge Rafael ficou seis meses com seu contrato reduzido em 10 horas, se sentiu insultado e humilhado pelo tratamento da antiga Reitoria, ingressou com

ação na Justiça do Trabalho e teve o seu direito devidamente reconhecido.

Algumas perguntas precisam ser feitas: por que a Vrac não respeitou o encaminhamento dado pelo Departamento, que é o órgão que conhece a real situação funcional e acadêmica do professor? Por que as responsáveis pela Vrac insistiram em desrespeitar um colega de trabalho, também professor da PUC-SP? Quem deve pagar por erros cometidos em cargos gestores da universidade? É muito triste verificar que situações desse tipo venham se repetindo sem que os responsáveis paguem pelos danos morais, físicos e financeiros causados.

*Hamilton Octavio de Souza
Chefe do Departamento de Jornalismo*

A "visita"

A presença da secretária de Estado de Bush, Condoleezza Rice, tida como visita, teve dois objetivos claros: retomar as negociações sobre a Alca e exigir do governo PT/Lula mudança de posição frente ao governo da Venezuela, Hugo Chávez. Em ambos os casos, a secretária veio para dar um ultimato ao governo brasileiro. A Alca deve ser reativada imediatamente. O presidente Chávez deve ser isolado e deixado à sua própria sorte.

Sobre a Alca: os Estados Unidos deixaram assentado que ou o governo do PT se alia por detrás de sua política comercial, ou sentirá a mão de ferro da maior potência imperialista. O Mercosul se espatifou com a quebra da Argentina, que de "parceira" passou a rival. A esperança de usar o Mercosul para alargar a ponte com a União Européia perdeu o horizonte, tamanho é o protecionismo da burguesia européia e tamanha é sua subordinação aos Estados Unidos. Os canais abertos com os chamados "países em desenvolvimento" – China, Índia, África do Sul – e os de baixo desenvolvimento – África, Oriente Médio – não podem ser otimizados em seu raquitismo.

A burguesia brasileira, representada pelas frações mais poderosas, acirra sua oposição à política externa do governo Lula. O presidente resolveu dizer que a Alca não estava em seus planos. Imediatamente, José Dirceu correu a desmentir Lula e a apresentar a Condoleezza a versão de falha interpretativa.

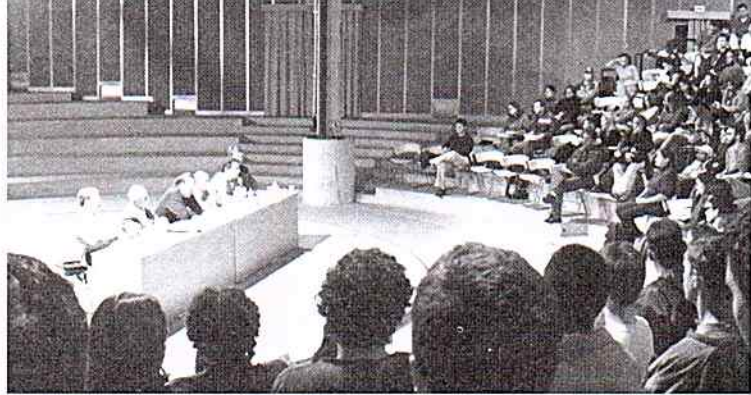
Sobre a Venezuela e impressiona a liberdade como a secretária usou o Brasil para atacar Chávez e ameaçar o governo Lula. Os Estados Unidos não permitem que haja sequer um governo nacionalista em qualquer parte do mundo semicolonial. Chávez atinge os interesses norte-americanos e desafia a potência, não acatando suas ordens. O movimento dos contra para derrubá-lo foi apoiado por Bush.

Se o presidente da Venezuela quer ter o controle nacional do petróleo e se pretende fazer algumas reformas populares, não é democrático e deve ser liquidado. Se a Venezuela compra armas e rompe os acordos militares com os EUA, porque estão sendo usados para organizar nova investida golpista, então o governo deve ser derrubado. A Venezuela não pode exercer sua autodeterminação. A sua soberania está na razão direta da dependência e submissão aos EUA.

A visita de Condoleezza foi para dizer ao governo PT/Lula que a soberania do Brasil não difere muito da soberania da Venezuela. A democracia para o imperialismo é aquela que serve aos seus ditames. E o governo legítimo é aquele que submete o país ao saque e o povo à miséria.

A ida apressada de José Dirceu para pressionar Chávez a voltar atrás em sua decisão de romper o acordo militar com os EUA mostra bem o gatinho procurando agradar o leão. Devemos dizer não aos imperativos do imperialismo, defender a autodeterminação da Venezuela e rechaçar a subserviência do governo.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*



ALICIA PERES

O debate levou cerca de 150 pessoas ao Tucarena

MOBILIZAÇÃO

Ato condena sigilo nos arquivos militares

Estudiosos, militantes e familiares de vítimas da ditadura militar participaram de um debate no Tucarena na noite da quinta-feira, 28/4. O ato, que reuniu cerca de 150 pessoas, discutiu aspectos históricos, políticos e jurídicos do sigilo nos arquivos militares.

"A Medida Provisória que cria a figura do sigilo eterno para arquivos militares é integralmente inconstitucional", defendeu o procurador regional da República Marlon Weichert. Ele se referia à MP instituída pelo governo Lula no ano passado, mais tarde acatada pelo Congresso sem sofrer nenhuma alteração. Com ela, os arquivos militares deixam de ter um prazo máximo para publicação, e passam a ser avaliados periodicamente por uma comissão, ligada diretamente ao presidente. Essa comissão pode adiar por tempo indeterminado a abertura de qualquer arquivo militar.

Segundo Marlon, a polêmica decisão seria inválida porque a lei estabelece que assuntos referentes à cidadania (inclusive o direito da população de ser informada das atividades do Estado) não podem ser regulados por MPs. "O que era direito fundamental do indivíduo

passou a ser direito fundamental do governo", completou o jurista Hélio Bicudo, também presente na mesa.

A ex-guerrilheira do Araguaia Criméia de Almeida revelou que, logo depois da Anistia, em 1979, ajudou a articular uma ação na Justiça buscando a abertura de informações sobre os mortos e desaparecidos da guerrilha. A ação foi apresentada em 1982, mas a sentença – favorável à abertura dos dados – só saiu 22 anos depois, em dezembro de 2004. Mesmo assim, nada ainda foi revelado pelo governo.

"O sigilo não é privilégio brasileiro. Mas aqui há um exagero que não se pode considerar razoável", considerou o historiador Jacob Gorender, citando como exemplos os arquivos da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Ainda hoje, tais arquivos são inacessíveis à população.

O ato foi organizado na PUC pelos centros acadêmicos de Ciências Sociais e Leão XIII (FEA), Associação dos Pós-Graduandos (APG), Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder e Centro de Estudos da América Latina.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini.

Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e

Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanet.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jomal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Esclarecer para concretizar

No dia 26/4 a Reitoria, em nota publicada no Boletim PUC-São Paulo, afirma não se opor “à formação de qualquer comissão que tenha por objetivo estudar nossos problemas comuns”.

O artigo responde a uma polêmica iniciada na assembléia de 29/3, quando os professores levantaram a proposta de formação dessa Comissão (veja texto ao lado). A resposta da Reitoria foi entendida pela assembléia dos docentes de 14/4 como uma recusa do caráter estipulado pela assembléia para a Comissão.

A proposta de constituição de uma Comissão da APROPUC não era para analisar os dados já existentes. Para isso, não se justifica a comissão. Enviamos para a Reitoria não a idéia geral de uma comissão, mas de uma comissão de caráter determinado. A Reitoria não se pronunciou sobre uma comissão com poderes para solicitar todas as informações necessárias.

A retórica da resposta é evidente. Para que dizer que a Reitoria apresentou à comunidade e aos Conselhos os dados financeiros, se todos sabemos disso? Para que reafirmar que os dados são de domínio público, se todos sabemos disso? A Reitoria se pronunciou pela aceitação de uma comissão para interpretar os dados já de domínio público.

O caráter da comissão aprovada na Assembléia não foi o de interpretar, mas o de solicitar informações que julgar necessárias; portanto, tem um caráter investigativo. A conclusão da resposta da Reitoria comprova que não aceitou o caráter da comissão proposta. Diz que os dados de domínio públicos podem ser interpretados

A proposta da assembléia

Formação de uma comissão indicada pela APROPUC para acompanhar os trabalhos da Vice-Reitoria Administrativa, solicitando todas as informações que considerar necessárias, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação da universidade e apresentá-lo em assembléia de professores, num prazo mínimo de 30 dias

por professores e funcionários individualmente ou por comissões designadas pelas associações.

Ora, a APROPUC apresentou uma comissão com poderes restritos a ela, e não aplicados genericamente a professores, funcionários e outras comissões quaisquer. Esse caráter foi determinado pela assembléia e a proposta de comissão foi apresentada pelo prof. Carlos Eduardo, que se eximiu de participar da comissão por assessorar o vice-reitor administrativo.

A resposta da Reitoria

A Reitoria, desde sua posse, tem apresentado à comunidade e aos Conselhos Superiores todos os dados financeiros, acadêmicos e administrativos que estão na base do diagnóstico e das medidas já em curso e também daquelas que serão tomadas nos próximos passos dessa gestão. Esses dados são de domínio público e podem ser interpretados por professores e funcionários individualmente ou por comissões designadas pelas associações.

Essa análise da resposta da Reitoria foi realizada minuciosamente na última assembléia, que concluiu que a Reitoria não deu uma resposta positiva.

Esperamos que esse esclarecimento sirva para a Reitoria se reposicionar e a APROPUC consolidar a comissão. Não há motivo para a diretoria da APROPUC polemizar por polemizar. O quadro crítico de nossa situação trabalhista e de ensino exige atitudes claras.

Diretoria da APROPUC



Assembléia de 29/3, quando os professores aprovaram a formação da comissão

Vaccine-se contra a gripe na PUC

A Campanha de Vacinação Contra a Gripe em todos os câmpus da universidade começa nesta segunda e estende-se até a próxima semana (veja quadro ao lado).

Poderão receber a vacina pessoas da comunidade interna e externa à PUC. Professores e funcionários associados à APROPUC e à AFAPUC não pagam, e os não associados devem pagar R\$ 6,60 pelo serviço. Dependentes de professores e funcionários pagam R\$ 22 e a cobrança pode ser efetuada com desconto em folha de pagamento. Alunos e comunidade externa à PUC pagam R\$ 22 pelo vale-vacina, que deve ser adquirido em locais específicos em cada câmpus.

A vacina tem eficácia de 70 a 90% contra a gripe. A imunidade ocorre de 10 a 15 dias após a aplicação, e as contra-indicações restringem-se a pessoas com febre aguda e com alergia a aplicações anteriores da própria vacina, ao

Timerosal (Merthiolate) e à ingestão de ovo.

A campanha é uma realização conjunta da APROPUC, AFAPUC e Reitoria. A organização é

da Divisão de Recursos Humanos (DRH) e do Serviço Médico, que fica na sala S-14 do Prédio Velho no câmpus Monte Alegre. Informações: 3670-8007.

Locais e datas de vacinação

Câmpus	Data	Local
MONTE ALEGRE	2, 3 e 6 de maio de 2005 das 8h às 22h	Antiga Sala do Protocolo Central – subsolo do Prédio Novo
MARQUÊS DE PARANAGUÁ e CAIO PRADO	4 de maio de 2005 das 8h às 13h e das 17h às 22h	Sala de Reuniões da Direção – prédio do CCET
DERDIC	5 de maio de 2005 das 8h às 17h	Sala 238
CCMB / HOSPITAL SANTA LUCINDA	9 e 10 de maio de 2005 das 8h às 20h	Hospital Santa Lucinda

Locais para adquirir o vale vacina

Campus Monte Alegre: Tesouraria (subsolo – próximo aos bancos)
Campus Marquês de Paranaguá / Caio Prado: Central de Cópias (ao lado da lanchonete)
Campus Deric: Tesouraria
Campus CCMB: Setor Financeiro – Prédio da Administração

ESTUDANTES

CCA indica dois representantes à Comissão de Bolsas

O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) decidiu indicar dois representantes estudantis e dois suplentes para a Comissão de Política de Bolsas. Atualmente, a Comissão conta com a participação de dois alunos nomeados pelo Conselho Comunitário (Cecom), que não integram o movimento por mais bolsas organizado pelo Comitê de Mobilização dos Estudantes desde o começo do ano.

Nesta terça-feira, quando ocorre a terceira reunião da Comissão, às 17h na sala 59 do Prédio Novo, a representação estudantil deverá solicitar a

saída dos alunos nomeados pelo Cecom da Comissão.

Resultados em junho

Reunidos na semana passada, os membros da comissão de bolsas definiram um cronograma de trabalho. Em maio, serão apresentados os primeiros resultados, e em junho será enviado ao Cecom um documento com propostas de alterações na política de bolsas da universidade. Ficou decidido também que a prioridade

da comissão será dada às bolsas de critérios sociais: bolsa-doação da PUC, ProUni, Fies, Escola da Família e a chamada “bolsa restituível”, o financiamento próprio da universidade.

Segundo a professora Célia Forghieri, assessora da Reitoria que coordena a comissão, a partir de 2005 o Ministério da Educação exige das universidades filantrópicas que 10% de sua receita seja convertida estritamente em bolsas. Respeitados os critérios do MEC, a bolsa-doação, o ProUni e a Bolsa Escola da Família são as únicas que contam para a filantropia.

Vestibular do 2.º semestre terá vagas em cinco cursos

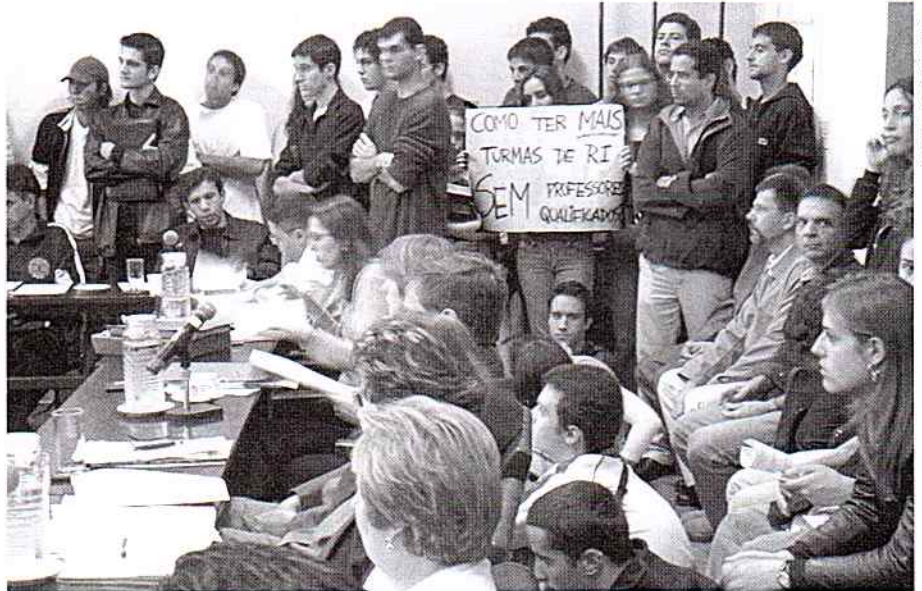
O Conselho Universitário (Consun) aprovou na quarta-feira, 27/4, o quadro de vagas que serão oferecidas no primeiro vestibular semestral da PUC.

O curso de Administração, que já havia criado 150 novas vagas no chamado "câmpus Santana" no início do ano, terá mais 100 a partir de agosto, no mesmo local. Outras 50 vagas serão oferecidas em Relações Internacionais, no período da tarde. Mais três cursos vão oferecer nesse vestibular vagas já existentes, mas que não foram preenchidas nas matrículas de janeiro e fevereiro: Fonoaudiologia (40 vagas), Letras: Inglês (20 vagas) e Filosofia (20 vagas).

Polêmica

A criação de uma turma vespertina gerou polêmica em meio aos estudantes de RI. Cerca de 80 alunos do curso compareceram ao Consun munidos de um documento que acusava falta de infraestrutura e de professores qualificados, além da inexistência de um departamento de Relações Internacionais. As críticas eram reafirmadas também por cartazes.

A discussão que surgiu depois da leitura do texto dos alunos foi longa, mas os conselheiros opinaram praticamente em uníssono: "os problemas que estão sendo apontados devem ser discutidos e resolvidos. Mas não podemos dar um tiro no próprio pé e tirar o espaço para o crescimento de um dos melhores cursos da universidade", ponderou o professor Adhemar de Caroli. "São argumentos justos, importantes, de reivindicação da qualidade do cur-



LEANDRO DIVERA

Estudantes de RI protestam na reunião do Consun

so, mas não cabem na discussão sobre as vagas", afirmou a professora Ana Bock. A conselheira Madalena Peixoto seguiu o mesmo caminho: "os problemas apresentados não caem por terra se deixarmos de criar as vagas". "Os problemas independem do número de vagas, e não há tempo para o adiamento da discussão", endossou a professora Salma Mu-

chail. Também presente, o coordenador do curso Reginaldo Nasser assinalou: "concordo com quase tudo o que há nos cartazes, só não acho que os problemas sejam impeditivos".

Com isso, a criação das vagas em todos os cinco cursos foi aprovada pela maioria do conselho. As provas do vestibular estão marcadas para 25 e 26/6.

Comissão estudará simulações para novo contrato de trabalho

As discussões sobre prováveis reformulações da deliberação 65/78 (que regula o contrato docente) sofreram mudanças nos seus rumos iniciais. A assessora Neusa Maria Bastos apresentou, na reunião de sexta-feira, 29/4, números que relacionam os tipos de contrato de trabalho com o número de alunos e constatou que nem mesmo se a 65/78 for levada à risca se conseguirá resolver o problema da universidade.

A professora mostrou-se preocupada com a sustentabilidade da instituição, pois a média de alunos/

aula, pelo seu levantamento, aproxima-se de 12, um número muito baixo para os custos da universidade. Os professores da Comissão solicitaram um novo detalhamento destes dados, procurando-se relacionar o número de alunos da graduação, pós-graduação e os diversos cursos separadamente.

Por outro lado, os professores Edison Nunes e Silas Guerriero deverão construir algumas simulações que relacionem número de créditos com os números de horas/atividade que preencham o contrato docente.

Rola na rampa

Praça de Alimentação pronta em junho

As cinco empresas que vão compor a nova Praça de Alimentação da PUC foram finalmente escolhidas pela comissão formada em dezembro. São elas: Tutti Bom (quilo e bandejão), Casa do Pão de Queijo e Benjamim Abrahão (café e lanches), Pio Buonno (pizzaria) e Mitiko (produtos naturais). De acordo com o professor Paulo Roberto Moreira, da Vice-Reitoria Comunitária, o preço da refeição por quilo deverá ser inferior à média da região, e o bandejão vai custar no mínimo o mesmo do que atualmente (R\$ 5,40), mas sem passar dos R\$ 6. O assessor não soube informar os preços exatos dos aluguéis que serão pagos à universidade, mas garante que a arrecadação total vai ser pelo menos duas vezes maior da que havia com o antigo restaurante, que deixou a PUC em novembro passado. Os contratos terão duração inicial de dois anos. O professor informou ainda que será criada uma comissão permanente, aberta à participação da comunidade, para fiscalizar os novos estabelecimentos, criar propostas e organizar atividades como campanhas de orientação e palestras sobre saúde na alimentação. A bolsa-alimentação para os alunos e os tíquetes sorteados mensalmente entre os funcionários continuarão existindo.

PUC presente em encontro de Ciências Sociais

Na semana passada, 21 alunos do curso de Ciências Sociais da PUC viajaram a Brasília para o Erecs 2005 (Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Sociais), que reuniu estudantes das regiões Sudeste e Centro-Oeste. O encontro aconteceu na Universidade de Brasília (UnB), onde foram realizados conferências e mini-cursos sobre temas

como Reforma Universitária, Enade (novo "Provão" do governo federal) e a reestruturação da Femeccs (Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais). Os estudantes de São Paulo estão articulando fóruns locais de Ciências Sociais, visando a articulação das universidades do Estado para discussão dos temas que cercam o curso.

Conferência com psicanalista francesa

O Núcleo de Estudos de Subjetividade, Cultura e Cidadania (Nesci) do pós em Ciências Sociais, promove, nesta terça, às 19h30, no Auditório Banespa, a conferência *O sujeito social - pers-*

pectivas epistemológicas. O evento contará com a presença da psicanalista Jacqueline Barus-Michel, da universidade Paris 7, que vai lançar o livro *O Sujeito Social*.

Reitoria adia divulgação das bolsas

O Expediente Comunitário vai anunciar nesta sexta-feira, 6/5, o resultado final do processo de licitação de 270 bolsas de estudo para estudantes da graduação. A divulgação estava marcada para 29/4, mas o número de inscritos (1.216) foi três vezes maior do que o esperado, segundo informou a

responsável pelo setor, professora Célia Forghieri, em entrevista ao PUCviva. Em outras ocasiões, o número de solicitações não ultrapassava 350. Com isso, o processo também teve que incluir entrevistas, o que demandou tempo maior. Os resultados serão informados pelo site da PUC.

1º de Maio na PUC

O Cacs e os CAs Clarice Linspector, Psicologia, Leão XIII e o Programa de Pós em História, organizam nesta semana atividades comemorativas ao Dia do Trabalho. Nos dias 3, 4 e 5 acontecem debates no Museu

da Cultura, sempre às 9 e 19h. Nos horários de 12 e 17h acontecem exposições de filmes no Cacs: *Cabra Marcado para Morrer*, (3|5), *A Classe Operária vai ao Paraíso* (4|5) e *Pão e Rosas* (5|5).

Peça *Liberdade, Liberdade* grátis no Tuca

Nesta terça-feira, às 19h, a peça *Liberdade, Liberdade - 40 anos depois*, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes, será apresentada gratuitamente no Tuca. Os ingressos devem ser retirados na bilheteria do Teatro, a partir das 15h do dia 2/5, segunda-feira.

Novo papa é tema de debate

O padre José Comblin, teólogo belga, vem à PUC nesta semana para debater as novas perspectivas para a Igreja Católica sob o comando de Bento XVI. A conferência, organizada pela PUC-SP e pela Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Soter), acontece nesta terça-feira, 3/5, às 14h, no auditório 239.

Começa a Grande Marcha do MST

A Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Via Campesina e Grito dos Excluídos, começou no domingo, 1.º

de maio. A manifestação passará por várias cidades, terminando com um grande ato em Brasília, no dia 17/5. Notícias sobre a Marcha podem ser acompanhadas em texto e áudio diariamente pelo site www.mst.org.br.